



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

Aos 06 dias do mês de julho de 2022, pelas 10:04 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação das atas n.º 23 a 27;**
2. **Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da dívida da Ucrânia a Portugal;  
Relator: Deputado Miguel Iglésias (PS)**
3. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audição urgente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);**
4. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 199/XV/1.ª \(IL\)](#) - Desburocratiza a entrega da declaração mensal de remunerações à Autoridade Tributária e à Segurança Social;  
Cabe ao GP PSD**
5. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 201/XV/1.ª \(IL\)](#) - Possibilita a comunicação trimestral dos rendimentos devidos a sujeitos passivos não residentes (Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro);  
Cabe ao GP PS**
6. **Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 202/XV/1.ª \(IL\)](#) - Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de cobrança duvidosa (Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro);  
Cabe ao GP PS**

**Comissão de Orçamento e Finanças**

**ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

7. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 203/XV/1.ª \(IL\)](#) - Simplifica a obtenção de declaração de situação tributária regularizada (Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro);  
Cabe ao GP PSD
  
8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;  
Cabe ao GP PS
  
9. Outros assuntos.

---

**1. Aprovação das atas n.º 23 a 27;**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) pediu a palavra para se pronunciar sobre o conteúdo das Atas 24 e 26, corrigindo alguns elementos das mesmas: Na primeira, solicitou que ficasse registado que a proposta de manutenção da redação original da PA 1351 houvera partido do PSD (ponto 1), assim como foi pedida substituição da expressão «redução da despesa» por «redução da receita» (ponto 4); na segunda foi requerida a inserção de uma ressalva relativamente à aceitação da grelha padrão para a CGE 2020 por parte do PSD, mas não para a CGE 2021, carecendo esta de ulterior discussão (ponto 6).

O Senhor Presidente colocou então as atas e as referidas correções a votação, tendo sido ambas aprovadas por unanimidade na ausência do PCP e do PAN.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

- 2. Discussão e votação do parecer do [Projeto de Lei n.º 173/XV/1.ª \(PAN\)](#) -  
Determina a realização de um estudo sobre renegociação ou perdão da  
dívida da Ucrânia a Portugal;  
Relator: Deputado Miguel Iglésias (PS)**

Antes de dar a palavra ao Senhor Deputado relator, o Senhor Presidente ressaltou a informação recebida pela Comissão de Orçamento e Finanças, no sentido de que o PAN pretendia remover a iniciativa *sub judice*. Contudo, como esta ainda não houvera sido retirada, havendo apenas uma manifestação de vontade, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado relator Miguel Iglésias (PS).

Atendendo à situação mencionada, o Senhor Deputado apresentou as conclusões do parecer, afirmando que o Projeto reunia os requisitos necessários para ser apresentado a Plenário.

De seguida, é dada a palavra à Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), que agradeceu ao Senhor Deputado todo o trabalho empreendido na elaboração do parecer, afirmando que este apresentava um conteúdo bastante objetivo e que não se pronunciaria, considerando as circunstâncias, sobre o tema de fundo.

Após esta intervenção, o Senhor Presidente colocou o parecer a votação, o qual foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e do PAN.

- 3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para  
audição urgente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM);**

O Senhor Presidente começou por salientar que o requerimento previsto neste ponto já houvera sido apresentado na reunião de comissão anterior, embora ainda não tivesse sido discutido, concedendo a palavra ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD).

O Senhor Deputado começou o seu excuro no seguimento do que já tinha sido apresentado previamente, afirmando que a CMVM tem vindo a funcionar com o seu conselho de administração incompleto, sendo este constituído por cinco membros (um Presidente, um Vice-Presidente, e três vogais). Defendeu que o requerimento elenca de



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

forma exaustiva os momentos em que cada membro entrou e saiu, constatando-se que, à luz do seu conteúdo, o conselho de administração se encontra incompleto há quase três anos. Assim, o Senhor Deputado concluiu com o pedido do requerimento, solicitando a audição da CMVM, por forma a esclarecer a situação subjacente.

O Senhor Presidente colocou o requerimento a discussão, dando a palavra ao Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS).

O Senhor Deputado declarou perceber as razões que fundamentam o pedido, mas asseverou que, sendo um regulador de uma área particularmente sensível, e apesar de reconhecer que o funcionamento de um conselho de administração incompleto não é ideal, o PS não acompanharia o requerimento, pois entendeu que a entidade reguladora estaria a operar de forma conveniente. Adicionalmente, defendeu que o quórum de funcionamento estaria concretizado nos termos legais, não se pretendendo causar alarme social, sem prejuízo da CMVM vir a ser ouvida no decurso normal dos trabalhos da Comissão de Orçamento e Finanças.

Não se registando mais nenhum pedido de palavra, é esta devolvida ao Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que destacou novamente o número de membros do conselho de administração: se a lei fixa cinco membros, estando a entidade a funcionar com três ou menos, na sua opinião, algo não está bem. Foi ainda do entendimento de que nada invalidaria que o Parlamento pudesse fazer o escrutínio, o que poderia estar em causa se o requerimento não fosse aprovado. Afirmou o Senhor Deputado que os reguladores são entidades independentes, e como tal, devem ser fiscalizadas para garantir essa independência, mais declarando que não são as notícias dos jornais que impedem a Assembleia da República de fazer este controlo. Citou igualmente dúvidas que fundamentariam o requerimento em questão, como quem estaria a aprovar os processos de contraordenação no conselho de administração ou se este tem tido quórum nas reuniões. Finalizou o discurso apelando à sensibilização dos Senhores Deputados no sentido de ouvir a CMVM, por ser do interesse de todos.

Foi a palavra concedida novamente ao Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS), que afirmou estar a citar não notícias de jornal, mas sim declarações públicas dos membros da CMVM. Considerou ainda que a entidade estaria a operar de forma regular, pelo que



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

o escrutínio poderia ser feito no contexto das audições normais, não sendo necessária uma audição extraordinária.

De seguida, tomou a palavra a Senhora Deputada Jamila Madeira (PS), tendo observado que, não obstante ter compreendido as preocupações do Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), está legalmente previsto que, no caso de renúncia, os membros se mantêm em plenas funções, não havendo vacatura do cargo, ou seja, o titular do mesmo terá de continuar até à sua substituição. Além do referido, mencionou o facto de o Governo ter estado inibido, durante o processo eleitoral, de designar uma nova pessoa para substituir o membro que renunciara. Desta maneira, concluiu no sentido de não existir nenhum facto substantivo que cause dúvidas no âmbito do funcionamento da CMVM.

O Senhor Presidente agradeceu as intervenções, recordando que o Senhor Governador do Banco de Portugal (relativamente à respetiva atividade) seria ouvido na Assembleia da República no dia 14 de julho, pelo que, tomando em consideração a matéria em causa, sugeriu que a próxima entidade a ser ouvida poderia ser a CMVM, auditando-se esta no âmbito da sua atividade e nos assuntos aqui em debate.

Seguidamente, usou da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), manifestando a sua opinião da seguinte forma: ou o requerimento era aprovado e discutir-se-ia posteriormente o agendamento da audição, ou então considerar-se-ia que aquele não teria viabilidade, entendendo que não faria sentido discutir mais rondas para o assunto objeto do requerimento em sede de uma audição regimental.

Tomou novamente a palavra o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD), que lembrou a composição do conselho de administração da CMVM, afirmando que está incompleta há três anos. Informou ainda que o requerimento não manifesta somente preocupações relativamente à renúncia do seu presidente, mas sim de vários membros, no contexto de um processo eleitoral muito recente para este órgão social. O Senhor Deputado pretendeu igualmente saber se a CMVM iria ser ouvida antes do verão e, em jeito de conclusão, concordando com a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), pediu que o requerimento fosse votado.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

Nesta sequência, foi o mesmo colocado a votação, sendo rejeitado com os votos contra do PS e votos a favor dos restantes, na ausência do PAN.

4. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 199/XV/1.ª \(IL\)](#) -  
Desburocratiza a entrega da declaração mensal de remunerações à  
Autoridade Tributária e à Segurança Social;  
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) indicou o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) para autor do parecer.

5. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 201/XV/1.ª \(IL\)](#) -  
Possibilita a comunicação trimestral dos rendimentos devidos a sujeitos  
passivos não residentes (Alteração ao Código do Imposto sobre o  
Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-  
A/88, de 30 de novembro);  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou a Senhora Deputada Ana Paula Bernardo (PS) para autora do parecer.

6. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 202/XV/1.ª \(IL\)](#) -  
Simplifica o processo de recuperação do IVA no caso dos créditos de  
cobrança duvidosa (Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor  
Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro);  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) indicou o Senhor Deputado Pedro Coimbra (PS) para autor do parecer.



## Comissão de Orçamento e Finanças

### ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL

7. Designação de relator do parecer do [Projeto de Lei n.º 203/XV/1.ª \(IL\)](#) - Simplifica a obtenção de declaração de situação tributária regularizada (Alteração ao Código de Procedimento e de Processo Tributário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro);  
Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) indicou o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) para autor do parecer.

8. Designação de relator do parecer da [Proposta de Lei n.º 21/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Procede à transposição da Diretiva (UE) 2019/878, relativa ao acesso à atividade bancária e supervisão prudencial, e da Diretiva (UE) 2019/879, relativa à recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento;  
Cabe ao GP PS

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) informou que indicaria o autor do parecer durante o dia da reunião em relato, ressaltando o Senhor Presidente que a iniciativa em apreço estaria agendada para a reunião plenária de dia 21 de julho, pelo que o parecer deveria ser apreciado na reunião seguinte.

### 9. Outros assuntos.

No sentido de consensualizar a próxima entidade reguladora a ouvir (depois do Banco de Portugal), o Senhor Presidente sugeriu a CMVM, provavelmente a ocorrer em setembro.

De seguida, abordou o tema da audição do Senhor Vice-Governador do Banco de Portugal, agendada para dia 12 de julho. Em virtude das jornadas parlamentares do



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

Chega, coincidentes com a mencionada data, foi necessário mudar a respetiva calendarização, tendo sido apresentado o dia 14 de julho, durante o período da manhã.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) enquadrou os trabalhos da semana visada, sendo esta quase exclusiva para reuniões de comissão e de grupos parlamentares, pelo que haveria dificuldade em prescindir da manhã por parte do PCP.

No mesmo sentido se manifestou a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) e a Senhora Deputada Carla Castro (IL), tendo dificuldades em conciliar a audição em causa com as reuniões dos grupos parlamentares.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) também mostrou relutância com a data visada, devido às eleições a ocorrer no GP do PSD no dia 13 de julho, pelo que preferiria não comprometer a data citada acima (um dia depois) com uma nova direção de bancada, que poderia querer reunir-se precisamente nessa manhã.

Face às incompatibilidades, o Senhor Presidente toma novamente a palavra, afirmando que iria pedir a sensibilização do Senhor Vice-Governador para que a audição pudesse ocorrer, eventualmente, dia 13 de julho. Assegurou que esta data seria conveniente, atendendo à calendarização subsequente, pois a última semana de julho estaria reservada para redações finais, assim como dia 19 de julho para a realização de uma reunião de trabalho com a Comissão de Finanças do Parlamento Europeu, que estaria de visita à Assembleia da República. Informou também que não haveria reunião ordinária de comissão no dia 20 de julho, devido à reunião plenária que consubstanciaria o debate do estado da Nação. Referiu igualmente a reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, a na qual se inclui uma audição ao Ministro das Finanças.

Neste momento, pede a palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que solicitou uma confirmação sobre os dias 15 e 18 de julho, de acordo com o calendário da Conferência de Líderes, porventura possíveis datas para a audição do Senhor Vice-Governador. Mais questionou se haveria uma data nova para a reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, e se existiam notícias quanto à futura audição regimental do Ministro das Finanças no contexto da sessão legislativa.





## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

O Senhor Presidente respondeu que ainda não tinha sido confirmada uma data no tocante à reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus (estaria fixada para dia 12 de julho, mas frente às jornadas parlamentares do Chega, tal marcação tinha ficado sem efeito); no referente às audições regimentais, informou que a Conferência de Líderes ainda não tinha deliberado sobre a matéria, sendo tal concretizado, eventualmente, na próxima Conferência.

Por fim, o Senhor Presidente pretendeu concluir a reunião com mais dois pontos: o primeiro, recordando os Senhores Deputados que o Tribunal de Contas estaria a aguardar a indicação de referências para o Plano Estratégico Trienal; o segundo, fazendo referência ao pré-convite dirigido à Comissão de Orçamento e Finanças para uma cimeira que decorreria entre 24 e 26 de agosto, em Moçambique, pelo que pediu aos Senhores Deputados que verificassem a sua disponibilidade e interesse.

A reunião foi encerrada às 10:42 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 julho 2022.

  
**O PRESIDENTE**  
**(FILIPE NETO BRANDÃO)**



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Carlos Brás (PS)  
Filipe Neto Brandão (PS)  
Jamila Madeira (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Miguel Matos (PS)  
Pedro Anastácio (PS)  
Sérgio Ávila (PS)  
Vera Braz (PS)  
Hugo Carneiro (PSD)  
Joaquim Miranda Sarmento (PSD)  
Jorge Paulo Oliveira (PSD)  
Patrícia Dantas (PSD)  
Paula Cardoso (PSD)  
Sérgio Marques (PSD)  
Rui Afonso (CH)  
Carla Castro (IL)  
Bruno Dias (PCP)  
Mariana Mortágua (BE)  
Miguel Iglésias (PS)  
Sara Madruga Da Costa (PSD)  
Rui Paulo Sousa (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)  
Alexandre Simões (PSD)



## **Comissão de Orçamento e Finanças**

### **ATA NÚMERO 30/XV/ 1.ª SL**

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)

Hugo Costa (PS)

Duarte Pacheco (PSD)

Inês De Sousa Real (PAN)